

1 Aos vinte e três dias de fevereiro de dois mil e dezoito, às quatorze horas e cinquenta minutos,
2 na sede do Conselho Federal de Psicologia – CFP, situado no Setor de Administração Federal
3 Sul, quadra dois, bloco “B”, Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília, Distrito
4 Federal, iniciou-se o segundo dia da décima quinta plenária do décimo sétimo plenário do
5 Conselho Federal de Psicologia. Estavam presentes Rogério Giannini, Ana Sandra Fernandes
6 Arcoverde Nobrega, Andréa Esmeraldo Câmara, Célia Zenaide da Silva, Clarissa Paranhos
7 Guedes, Daniela Sacramento Zanini, Elizabeth de Lacerda Barbosa, Fabian Javier Marin
8 Rueda, Fabiana Itaci Corrêa de Araújo, Iolete Ribeiro da Silva, Júnia Maria Campos Lara,
9 Maria Márcia Badaró Bandeira, Marisa Helena Alves, Jureuda Duarte Guerra, Paulo Roberto
10 Martins Maldos, Regina Lúcia Sucupira Pedroza, Rosane Lorena Granzotto e Sandra Sposito.
11 Justificaram a ausência Cleia Oliveira Cunha, Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa, Pedro
12 Paulo Gastalho de Bicalho. Norma Cosmo estará ausente porque representará o CFP em
13 reunião preparatória sobre Diretrizes Curriculares Nacionais no Conselho Regional de
14 Psicologia (CRP)-14. **Vídeo sobre Ditadura Militar.** Rogério Giannini, ao dar início aos
15 trabalhos, convidou os presentes a assistirem o vídeo intitulado “Ex-presos políticos
16 reconhecem local de tortura na Vila Militar”, sobre as torturas do período da ditadura militar no
17 Brasil. Recordou visita que fez a um preso político em mil novecentos e setenta e quatro,
18 quando tomou conhecimento da militância política. Em suas considerações, músicas
19 emblemáticas contra o período ditatorial, como as de Chico Buarque de Holanda, tornam-se
20 infelizmente atuais. Para Paulo Maldos, o Brasil é um país que tem dificuldades de elaborar
21 luto sobre as atrocidades perpetradas em sua história. Isso se deve, em grande parte, por não se
22 permitir entrar em devido contato com seu passado, como os negros que eram assassinados
23 pelos seus patrões - que deles dispunham como coisas, os trabalhadores que eram transportados
24 em pau-de-araras, os torturadores que foram anistiados. A Psicologia tem papel fundamental de
25 “colocar o dedo na ferida”. Jureuda Guerra mencionou a “mão pesada” da ditadura militar na
26 região de Marabá, relacionada à guerrilha do Araguaia. Até hoje, os habitantes do local têm
27 dificuldade de contar sobre o que lhes aconteceu período. Pontuou a necessidade de evidenciar
28 publicações como “A verdade é revolucionária”, feita em parceria com os CRPs. Pode-se fazer
29 um vídeo que saliente o viés do sofrimento psíquico e transgeracional de pessoas que sofreram
30 na ditadura. Fabiana Itaci recordou que, em sua juventude, romantizava o heroísmo dos
31 perseguidos políticos do período ditatorial. Essa idealização, contudo, esconde a dureza da
32 realidade. Ao entrar em contato com relato de mulheres e de seus filhos torturados, ficou
33 chocada. Considera o que chama de “Reinado da imbecilidade”, expresso sobretudo na
34 juventude de hoje, tão alheia à crueldade daquela época. Iolete Ribeiro aludiu ao documentário
35 “Lute como uma menina”, que fala da ocupação das escolas e de professores universitários
36 agredidos fisicamente. A repressão já constitui uma realidade no país. Andrea Esmeraldo
37 comentou que, embora não tenha sofrido torturas, sempre pensou no que faria em caso de
38 perseguições políticas. A intervenção militar no Rio de Janeiro, em locais marcados pela
39 ausência do Estado, expressa o conceito da criminalização da pobreza. Regina Pedroza
40 ausentou-se do Brasil no ocaso da ditadura militar e, no exterior, entrou em contato com muitos
41 exilados. Muitos deles sequer tinham iniciado curso superior, evidenciou. Além de tudo, havia
42 a imputação, que geralmente recaía sobre os indivíduos, de que os delatores eram pessoas
43 fracas, que os suicidas não “davam conta”. Não havia qualquer preocupação com a saúde
44 mental dos aprisionados e torturados. Sandra Sposito avaliou que, de certo modo, as coisas
45 nunca mudaram para os mais pobres, mesmo nos governos considerados mais democráticos. É
46 preciso considerar em qual medida o sofrimento exposto circunscreve-se à classe média, pois é
47 esse espaço que parece estar ameaçado, afinal os pobres continuam explorados por estruturas

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including names like 'Jury', 'A', 'MBA', 'D', 'P', 'Carmo', 'Frey', 'L', 'P', 'Pia', 'W', 'F']

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like 'A', 'F', 'L', 'Pia', 'W', 'F']

48 capitalistas basicamente invariáveis em quinhentos anos. Talvez a intervenção militar no Rio de
49 Janeiro, posto que seja ruim, não seja tão inusitada para os que vivem sob o comando do PCC
50 (Primeiro Comando da Capital), sobretudo para os “pretos, pobres e periféricos”, que nunca
51 deixaram de ser exterminados. O CFP deverá produzir um vídeo, com a fala de alguma
52 psicóloga, que aborde o sofrimento psíquico da intervenção militar no Rio de Janeiro,
53 relacionando-o com a ditadura militar. A ASCOM deverá produzir vídeos que relatem a tortura
54 do período militar a fim de mostrá-los no estande do CFP no Fórum Social Mundial. Iniciaram-
55 se os informes. **Fórum Social Mundial (FSM).** Foram relatados os encaminhamentos dados à
56 organização do FMS. O CFP, após ter solicitado participação na área de Direitos Humanos,
57 recebeu coordenação partilhada desse tema. O local da tenda de Direitos Humanos terá grande
58 protagonismo no evento. Nesse espaço, haverá um local próprio do CFP, que trará o tema do
59 assassinato do psicólogo Marcus Vinícius de Oliveira Silva. O plenário tomou conhecimento da
60 arte que será estampada nas camisetas do CFP. Os que pretendem usar essa tenda deverão
61 oficial o CFP e solicitar formalmente o uso do local. Lideranças da esquerda latino americana,
62 como Cristina Kirchner, José Mujica e Lula estarão presentes. **Informe sobre Fórum**
63 **Interconselhos 2017.** Iolete Ribeiro informou ter participado do Fórum Interconselhos nos dias
64 oito e nove de novembro de dois mil e dezessete. Na ocasião, discutiram-se estratégias para o
65 mapeamento e o monitoramento da execução do Plano Plurianual (PPA) para os Conselhos de
66 Direito. Cada um desses conselhos deverá escolher cinco metas dentre os Objetivos de
67 Desenvolvimento Sustentável da ONU, também discutidos no evento. Representantes do
68 Governo mostraram um *software* de monitoramento da execução financeira que poderá ser
69 usado para o controle de outras políticas públicas. Iniciaram-se os pontos de pauta deste dia. **1.**
70 **Atas da 14ª Plenária - 26 e 27/01/2018.** Após alterações, as atas foram aprovadas por
71 unanimidade. **2. Designação de relatoria para março e abril de 2018.** Os seguintes relatores
72 foram designados para os subsequentes processos éticos: no mês de março, Sandra Sposito
73 576600020.000176/2017-51 (CRP-08 nº 003/2015) e 576600020.000579/ 2017-08 (CRP-08 nº
74 028/2013), Clarissa Guedes 576600020.000301/ 2017-22 (CRP-06 nº 019/2012), Márcia
75 Badaró 576600020.000076/ 2017-24 (CRP-08 nº 020/2014), e Ana Sandra Nobrega 1872/2017
76 (CRP-20 nº 008/2012); no mês de abril, Clarissa Guedes 576600020.000587/ 2017-46 (CRP-06
77 nº 007/2015), Marisa Alves 576600020.000763/ 2017-40 (CRP-06 nº 130/2012) e Jureuda
78 Guerra 576600020.000796/ 2017-90 (CRP-06 nº 050/2012). **3. Minuta de Resolução - Prazo**
79 **para a Implantação da Mediação nos Regionais.** Foi lida minuta, já apreciada pela Gerência
80 Jurídica do CFP (GJUR), que prorrogará o prazo de implantação da mediação nos CRPs, então
81 estabelecida pela Resolução CFP N.º 007/2016, para o dia primeiro de julho deste ano. O
82 plenário aprovou a minuta de resolução por unanimidade. **4. Encaminhamentos da APAF**
83 **sobre Depoimento Especial.** Iolete Ribeiro expôs os últimos acontecimentos relacionados à
84 Lei 13.431, de quatro de abril de dois mil e dezessete, que fala do chamado Depoimento
85 Especial. No âmbito do Governo, a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência contra
86 a Criança e o Adolescente (CIEVSCA) liderou não apenas a propositura do então projeto de
87 Lei, mas também a minuta de decreto que regulamentará a Lei até abril deste ano. Compõem
88 essa comissão os ministérios, o CONANDA, tendo como convidadas organizações como a
89 Childhood, a United Nations Children's Fund (UNICEF) e a End Child Prostitution, Child
90 Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes (ECPAT). Dentre os problemas
91 da minuta de decreto apresentada pela CIEVSCA em janeiro deste ano, estão os fatos de que
92 casos de violência sexual deixariam a alçada da vara da infância e se confinariam à vara
93 criminal. Similarmente haveria impactos em todas as políticas públicas destinadas a tratar do
94 tema, sem a prévia consulta dos órgãos responsáveis por tais políticas. Ademais, a Lei e a

gjo

CB
MUBB

DS

CPGuedes

JG

JP

Justiça

Die

Murcia

AP

CB

A

D

MC

95 minuta de decreto pouco diferenciam a Escuta Especializada e o Depoimento Especial. O maior
96 problema, contudo, está na desconstrução da política da Proteção Integral e na criação de outras
97 possibilidades que descaracterizam a Rede de Proteção. A fim de cumprir deliberação da última
98 Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), realizou-se reunião, no
99 último seis de fevereiro, com a Associação de Assistentes Sociais e Psicólogos de Tribunais de
100 Justiça do Brasil (AASP-Brasil) e a Associação de Psicólogos da Polícia Civil de Santa
101 Catarina (APSIPOL) para analisar a minuta de decreto com profissionais que atuam na área.
102 Questiona-se, contudo, se será apropriado entregar uma minuta de decreto do CFP à CIEVSCA,
103 e não procurar fazer incidência na normativa por meio do Conselho Nacional dos Direitos da
104 Criança e do Adolescente (CONANDA). O plenário decidiu encaminhar a Nota sobre Escuta
105 Especializada, aprovada na última APAF, à CIEVSCA e continuar a elaborar o texto do decreto
106 da Lei 13.431 por meio do CONANDA. Além disso, uma reunião telefônica com os CRPs
107 deverá ser marcada para que estes possam fazer essas discussões regionalmente. Uma diálogo
108 digital sobre Escuta Especializada acontecerá em vinte e sete de março de dois mil e dezoito
109 com a intermediação de Pedro Paulo Bicalho e, na ausência deste, Rogério Giannini. Alexandre
110 Moraes da Rosa (juiz de direito), Maria Regina Fay de Azambuja (promotora de justiça),
111 Karina Figueiredo (Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência contra Criança e o
112 Adolescente) e Ana Junqueira (AASP-Brasil) serão convidados. No II Congresso Brasileiro de
113 Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CBEVSCA) - e
114 futuramente, na Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o CFP
115 procurará disponibilizar um estande para oferecer material sobre o assunto, bem como serão
116 propostas atividades no II CBEVSCA. A Gerência de Comunicação do CFP (GCOM) deverá
117 preparar uma campanha para o dia dezoito de maio juntamente com a conselheira Iolete
118 Ribeiro. No Encontro do Comissões de Orientação e Ética que acontecerá em junho, o tema da
119 Escuta Especializada e Depoimento Especial deverá ser tratado. **5. Estatuto da Adoção.**
120 Paralelamente à discussão do Depoimento Especial, a tramitação do Estatuto da Adoção, o
121 Projeto de Lei do Senado (PLS) 394/2017, de autoria do senador Randolfe Rodrigues, gerou a
122 mobilização da sociedade civil, que fundou o Movimento pela Proteção Integral. Ao procurar
123 encurtar prazos e proteger a Criança e o Adolescente, o PLS põe em risco princípios básicos
124 dos direitos dos adotando e parece retornar ao Código de Menores. Um dos problemas mais
125 graves, além de criar institutos distintos aos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é
126 que, se aprovado, o PLS possibilitaria o tráfico de crianças e adolescentes e retiraria os trâmites
127 do processo de adoção do Sistema Judiciário para colocá-lo no âmbito de entidades privadas.
128 Em reunião ocorrida no dia dezesseis deste mês em São Paulo, na AASP de São Paulo, Marina
129 Poniwas, da Comissão de Direitos Humanos do CFP (CDH-CFP) entendeu que apenas o CFP e
130 o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) eram entidades de âmbito nacional e, nesse
131 sentido, há expectativa de que a pauta seja propagada nacionalmente, pois o movimento da
132 sociedade civil está limitado a São Paulo. Deseja-se que o CFP assumira certo protagonismo,
133 sobretudo na produção de vídeos e materiais informativos. Após articulação desse movimento,
134 o autor do PLS 394/2017 o retirou de pauta, não sem surpresa, pois o considerava progressista.
135 Isso não impedirá, contudo, que o PLS volte à discussão em outro momento. Ademais, foram
136 retirados os vetos presidenciais à Lei da Adoção, o que representou um retrocesso. Assim, é
137 preciso discutir a adoção no Sistema Conselhos, e a APAF deverá ser pautada sobre esse tema.
138 Iolete Ribeiro intermediará diálogo digital no dia dezoito de abril deste ano, e os convidados
139 serão escolhidos posteriormente pela gestão. **6. Candidatura do CFP no Conselho Nacional
140 de Assistência Social (CNAS).** O representante do CFP no CNAS, Leovane Gregório,
141 informou, na última reunião do Fórum Nacional dos Trabalhadores do Sistema Único de

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'João', 'Moraes', 'Ribeiro', 'Gregório', 'Leovane', 'A', 'D', 'M']

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page]

142 Assistência Social (FNTSUAS) no dia dezoito de fevereiro, que integrava a Comissão eleitoral
143 daquele conselho. Ao ter um representante nessa comissão, o CFP fica conseqüentemente
144 impedido de participar das eleições para o próximo biênio. Foi solicitada a renúncia do
145 representante da referida comissão, a qual foi efetivada na última segunda-feira. De qualquer
146 modo, parece haver problemas quanto à recondução de entidades da sociedade civil pela
147 segunda vez, caso que caberia ao CFP. Essa regra, contudo, não está elencada no edital das
148 eleições, que se refere estritamente à pessoa física, e não à pessoa jurídica. O CFP, contudo,
149 logrou a simpatia de várias entidades que integram o FNTSUAS e, inclusive, o apoiarão no
150 pleito. A estratégia será aguardar resposta formal do CNAS e, a partir disso, se for o caso,
151 recorrer judicialmente, tendo em vista que as vias administrativas estarão exauridas. Antes,
152 porém, de proceder à judicialização, a diretoria do CFP deverá ser consultada, pois, na atual
153 conjuntura, se eventualmente uma eleição de um conselho de direito for impugnada, poderá
154 haver conseqüências nefastas para a própria sociedade civil e o controle social. O plenário
155 consentiu que as conselheiras de assistência social articulem-se diretamente com a diretoria do
156 CFP para decisões sobre as eleições do CNAS. **7. PEC 383/2017 - 1% para SUAS.** O
157 deputado Danilo Cabral (PSB) elaborou a Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 383/2017,
158 que estabelece um por cento da receita corrente líquida de um exercício para o SUAS. Em seis
159 de dezembro do ano passado, foi aprovado parecer do relator deputado Júlio Delgado (PSB-
160 MG) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara Federal. Embora o
161 projeto pareça tratar de uma tentativa de proteger o SUAS, há certa desconfiança de seu autor,
162 que chegou a ser vaiado na XI Conferência Nacional de Assistência Social. Embora o Fórum de
163 Usuários do SUAS tenha referendado a PEC, não há elementos técnicos suficientes para
164 declarar pronto apoio. Assim, a Secretaria Executiva do FNTSUAS deverá fazer um parecer
165 técnico para subsidiar a decisão do plenário, após pesquisa de intenções sobre a PEC pela
166 assessoria parlamentar. Rogério Giannini fez os agradecimentos finais e encerrou a reunião às
167 dezenove horas e quinze minutos. Esta ata foi lavrada por mim, Ana Sandra Fernandes
168 Arcoverde Nóbrega, Vice-Presidente do CFP, a qual foi lida e assinada por todos os presentes
169 acima nomeados e referenciados Alexandre.

Luiza Cavallari
Frederico
Jurema Duarte Guerra
Clarina P. Guedes
Del B. B. B.
Barbosa
Maria Márcia B. Bandeira
A

Paulo S. Zeman

[Signature]

[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]